

EDITORIAL

ISABEL FERIN CUNHA E ESTRELA SERRANO

A corrupção é unanimemente considerada uma ameaça à democracia e ao desenvolvimento das sociedades, estando em grande parte na origem do descrédito da política e dos políticos, afastando os cidadãos da participação cívica e gerando neles sentimentos de revolta e de impotência. O combate à corrupção entrou definitivamente na agenda dos governos dos países da União Europeia, não obstante se trate de um desafio difícil e, em muitos casos, demorado.

Nas sociedades hiper-mediatizadas dos nossos dias, a corrupção, nomeadamente quando envolve altas figuras dos meios político, financeiro e social, tornou-se um assunto incontornável da agenda dos *media*, desviando muitas vezes as atenções para os factos que envolvem os seus protagonistas mais mediáticos, com prejuízo de um debate sério sobre o fenómeno, em si, e sobre as suas consequências para a sociedade.

Este número da revista *Media & Jornalismo* tem precisamente como tema a relação entre a corrupção política e os *media*, incluindo os novos *media*, e surge no âmbito, embora não apenas a ele cingido, de um projecto de investigação - *Corrupção Política nos Media: Uma Perspetiva Comparada* - financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia, abrangendo Portugal, Brasil e Moçambique.

Os dois textos que abrem este número correspondem a comunicações apresentadas por dois especialistas no tema da corrupção, com perfis e experiências profissionais diversas e complementares. O primeiro artigo é da autoria do historiador e ex-deputado, José Pacheco Pereira, autor de vasta obra bibliográfica, colunista e comentador em vários meios de comunicação. O seu texto foi apresentado no Colóquio *A Corrupção Política e os Media – Uma Perspetiva Comparada*. Trata-se de um texto fundamental para a compreensão do fenómeno da corrupção em Portugal. Segundo o autor, discutir o problema da corrupção política implica não ignorar a permanente manipulação de opinião pelos *media* que é feita de forma profissionalizada. Pacheco Pereira sublinha a ausência de mecanismos de distanciação por parte dos *media* e afirma que a cobertura jornalística da corrupção política está muito longe de cobrir os aspetos mais importantes da realidade. Referindo-se à invisibilidade dos mecanismos da corrupção, traça um retrato demolidor mas realista do funcionamento do sistema político e do seu entrosamento com o jornalismo. Debruça-se, em particular, sobre a imprensa económica e o papel das agências de comunicação na mercantilização da informação, que considera sem controlo democrático nem escrutínio por parte dos cidadãos. Na sua tentativa de explicação destes fenómenos, Pacheco Pereira salienta “o mecanismo de *trade-off* – «eu dou-te isto, tu dá-me isto»” - sobretudo a fragilização das redações motivada pela crise económica, que levou ao afastamento de jornalistas com experiência e independência, substituídos por trabalho precário de estagiários. Referindo-se ao sistema político-partidário, o autor analisa os circuitos do poder no seio dos partidos, os mecanismos de influência entre estes e deputados, autarquias e governos.

O autor do segundo artigo é Procurador da República, destacado na Comarca de Aveiro para a fase recursiva do processo Face Oculta, tendo sido titular desse pro-

cesso na sua fase de inquérito e co-representante do Ministério Público na fase de instrução e no julgamento do mesmo processo. A sua comunicação reveste-se de particular interesse, não apenas por partir de alguém que viveu por dentro um dos processos mais mediáticos dos últimos anos em Portugal, mas também por constituir um testemunho raro vindo de um magistrado do Ministério Público. No texto que agora se publica, Carlos Filipe Preces Ferreira defende que a investigação dos crimes de corrupção e afins deve assentar num novo paradigma que não se cinja nem se esgote no exame ao facto e ao seu autor, mas procure analisar a actividade criminosa no seu todo. Referindo-se aos processos que envolvem indivíduos de elevada notoriedade social e/ou política, o Procurador Carlos Ferreira reconhece que a sua revelação faz nascer dois outros tipos de processos: um processo mediático e um processo político, funcionando o processo judicial como fonte legitimadora daqueles, alimentando-os, a maioria das vezes sem conformidade com a realidade processual. Interrogando-se sobre as razões dessa desconformidade, o autor identifica o que chama de “insuficiência comunicacional do sistema formal de justiça” que se refugia no segredo de justiça em vez de “revelar o suficiente e o necessário para cortar cerce quaisquer veleidades especulativas na arena mediática”. A partir desta premissa, Carlos Ferreira propõe uma nova estratégia de comunicação que tenha em conta o interesse do Estado na realização de uma justiça isenta e independente, o interesse do arguido em não ver publicamente revelados factos que podem não vir a ser provados e o interesse da Comunicação Social em informar e dos cidadãos em serem informados. Para o autor, essa nova estratégia consistiria numa “Plataforma Comum de Comunicação”, com base na qual a comunicação seria veiculada oficialmente e por acordo entre os diferentes sujeitos processuais, envolvendo a responsabilização de todos, para todos e com todos.

A estes dois textos marcados pela experiência pessoal e profissional dos seus autores, segue-se o artigo *Media e padrões da corrupção política: os casos Freeport e Face Oculta*, de Isabel Ferin Cunha, coordenadora do projecto “Corrupção Política nos media: uma perspectiva comprovada”. A autora analisa o papel desempenhado pelos *media* na denúncia da corrupção política num quadro de profundas mudanças nas sociedades europeias, a partir de 2008, particularmente em Portugal. Para a autora, se, por um lado, o jornalismo tem investigado e denunciado procedimentos ilícitos de elites e grupos de interesses, por outro, o sistema dos *media* tem normalizado, pela repetição e saturação da visualização, situações e fenómenos excepcionais, conferindo às denúncias características de entretenimento popular. Com base numa sólida bibliografia sobre o fenómeno da corrupção política, a autora analisa a cobertura jornalística realizada pelos canais de televisão de sinal aberto, RTP1 (canal público), SIC e TVI (canais privados) nos dois casos citados, identificando a prevalência das rotinas na construção da notícia e a personalização da política nas principais figuras da democracia.

O quarto artigo, intitulado *O projeto Corrupteca – uma ferramenta analítica para a análise do fenómeno da corrupção* é da autoria dos investigadores brasileiros Nuno Mesquita, José Álvaro Moisés e Giovanni Eldasi. Nele os autores expõem o projecto *Corrupteca*, biblioteca digital criada no Brasil para avaliar como a corrupção afeta a qualidade da democracia e a influência da cultura política no seu surgimento. O objetivo principal é subsidiar as pesquisas e análises sobre o fenómeno da

corrupção no Brasil e no mundo, permitindo avaliar, para além de outros objetivos de conhecimento, a influência da corrupção na relação de confiança dos cidadãos com as instituições democráticas.

Segue-se o artigo *A corrupção em Portugal – abordagens distintas de um mesmo objeto*, de António João Maia, investigador destacado no Conselho de Prevenção da Corrupção. O autor analisa as diversas “verdades” do fenómeno da corrupção: a que deriva do discurso mediático, a que resulta dos conceitos jurídico-criminais e as verdades formais apuradas na fase de investigação criminal e em julgamento, finalizando com uma breve caracterização e análise da dimensão que o problema apresenta em Portugal.

O sexto artigo é da autoria das investigadoras Estrela Serrano e Vanda Calado e intitula-se *Serão os blogues uma alternativa aos media na discussão pública de temas como a corrupção política? As autoras analisam a contribuição de um conjunto de blogues independentes na cobertura e no debate público de quatro casos de corrupção com grande impacto em Portugal, em 2009 e 2010: BPN, Face Oculta, Freeport e Submarinos*. O artigo pretende apurar se a agenda dos blogues é influenciada pela agenda dos *media mainstream* na abordagem desses casos e se os blogues seguiram ou não os enquadramentos e as interpretações desses meios. Os dados apurados mostram que o agendamento desses casos nos blogues foi fortemente influenciado pelas agendas da televisão e da imprensa, não tendo os blogues constituído um espaço alternativo de discussão do fenómeno da corrupção, limitando-se em grande parte a comentar notícias e opiniões veiculadas pelos *media*.

Segue-se o artigo da investigadora e professora da Universidade Católica de Lisboa, Rita Figueiras, intitulado *Anatomia do Comentário: Corrupção, Noticiários e Destinatários*. A autora procura identificar o modo como os comentadores nos noticiários da televisão generalista abordam dois dos casos de corrupção mais mediatizados nos últimos anos em Portugal (*Freeport* e *Face Oculta*), relacionando as narrativas jornalísticas e as dos comentários, bem como a forma como os comentadores se posicionam no debate público e entendem a sua função no processo comunicativo democrático. A autora apurou que a análise da narrativa do comentário se revelou um local privilegiado para identificar e compreender como as lutas sociais de poder são travadas no espaço público.

O artigo de Bruno Paixão, doutorando na Universidade de Coimbra, debruça-se sobre *Regalias e proveitos dos políticos como instigadores da perceção do escândalo*. Partindo da constatação de que os benefícios obtidos pelos políticos e ex-políticos, sejam financeiros ou de outra ordem, fazem deles alvos preferenciais dos *media*, o autor apurou, através de dados extraídos da análise de imprensa referente ao período democrático, que uma larga percentagem de escândalos políticos está relacionada com prevaricações de ordem financeira.

O artigo seguinte, intitulado *A cobertura televisiva da corrupção em anos eleitorais: Uma análise do enquadramento do caso Petrolão nos noticiários de emissoras pública e comercial* é da autoria dos investigadores brasileiros Iluska Coutinho, José Tarciso Oliveira Filho e pretende apurar em que medida a cobertura televisiva da corrupção está estruturada em anos eleitorais sob a dimensão do escândalo. O artigo tem como objeto de análise a cobertura jornalística do caso *Petrolão* no noticiário de uma emissora pública, o Repórter Brasil, da TV Brasil, e de uma TV

Comercial, o Jornal Nacional, da Rede Globo recorrendo à análise de conteúdo associada à dramaturgia do telejornalismo.

O último artigo intitula-se *Corrupção e Escândalo Político: o enquadramento dos escândalos Face Oculta e Mensalão na imprensa portuguesa e brasileira*, tem como foco uma análise comparativa entre dois casos de corrupção no Brasil e em Portugal, e é da autoria dos investigadores Hélder Prior, Liziane Guazine, Bruno Araújo. Os autores analisam a relação entre os conceitos de “corrupção política” e “escândalo” à luz da Filosofia Política, tentando apurar de que forma o semanário português SOL e a revista brasileira Veja operaram uma reconfiguração daqueles dois escândalos no momento da sua eclosão.

As organizadoras deste número da revista Media & Jornalismo respeitaram o discurso oral dos conferencistas e a grafia dos autores brasileiros. No entanto, para tornar perceptível a compreensão de alguns termos técnicos utilizados introduziu-se, em alguns casos, um glossário ou explicações para a compreensão de terminologia utilizada.

Lisboa, Março de 2015

Isabel Ferin Cunha e Estrela Serrano